


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007046-47.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título**
 Embargante: **Triel Transformadores Ltda e outros**
 Embargado: **Morada Invest Fomento Mercantil Ltda - Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **DANIEL LUIZ MAIA SANTOS**

Vistos.

Triel Transformadores Ltda ME, Sebastião Aparecido Donatoni, Talita Marques Ferreira, Sabrina Marques Ferreira Andrade e Aurelino Salomão Fernandes Andrade opuseram embargos à execução que lhes é movida por **Morada Invest Fomento Mercantil Ltda ME** alegando, em síntese, que a embargada apresentou título executivo extrajudicial sem mencionar qual sua origem, tendo discorrido sobre o conceito, regime jurídico e particularidade do denominado contrato de fomento mercantil ou *factoring*. Aduziram que o contratante, nessa espécie contratual, deve ser necessariamente uma pessoa jurídica, exigindo-se registro no Conselho Regional de Administração. Afirmaram que a embargada não demonstrou ter buscado o recebimento dos títulos negociados e eventual inadimplemento dos devedores, motivo pelo qual não pode se voltar, em regresso, contra os embargantes. Como a cobrança é vedada, pugnaram pela concessão de efeito suspensivo e pelo acolhimento dos embargos, a fim de se extinguir a execução. Juntaram documentos.

A embargada foi intimada e apresentou impugnação. Alegou que o contrato de confissão de dívida subscrito pelos embargantes respeitou as prescrições legais e por isso inexistente nulidade a ser declarada. Discorreu sobre sua administradora e da garantia oferecida pelos embargantes. Aduziu ter havido "prescrição" da defesa apresentada pelos embargantes. O efeito suspensivo é descabido e os embargos devem ser rejeitados. Juntou documentos.

É o breve relatório.
Fundamento e decido.
1007046-47.2018.8.26.0566 - lauda 1


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O pedido comporta julgamento antecipado, nos termos dos artigos 355 inciso I e 920, inciso II, ambos do Código de Processo Civil, pois os documentos anexados aos autos e as alegações das partes bastam para a pronta solução do litígio, sendo desnecessária a dilação probatória.

Deixa-se de analisar a alegada intempestividade dos embargos, eis que estes improcedem no tocante ao mérito. Logo, tem aplicação o artigo 488, do Código de Processo Civil: *Art. 488. Desde que possível, o juiz resolverá o mérito sempre que a decisão for favorável à parte a quem aproveitaria eventual pronunciamento nos termos do art. 485.*

A execução está aparelhada em instrumento particular de confissão de dívida onde figurou como devedora a sociedade e, como fiadores, as pessoas físicas, todos embargantes. O contrato está subscrito por duas testemunhas, caracterizando-se como título executivo extrajudicial, na exata dicção do artigo 784, inciso III, do Código de Processo Civil.

As alegações dos embargantes cedem espaço à materialização da dívida representada por título com força executiva. Independente de sua origem, houve confissão da existência de um débito, o qual foi assumido pela devedora e pelos fiadores, ora embargantes. Ademais, questões atinentes ao contrato de fomento mercantil, de onde teria se originado a dívida, descabem ser analisadas para o fim de desqualificar a executividade do título.

A dívida é certa, porque representada pelo título; líquida porque seu valor expressamente indicado e exigível eis que inexistem elementos acidentais do negócio jurídico aptos a retirar sua eficácia. Por isso, não é possível acolher a alegada tese de inexigibilidade trazida pelos embargantes na petição inicial. E, inexistindo outros elementos que sejam suficientes para demonstrar nulidade do título, a rejeição dos embargos é de rigor.

Ante o exposto, **julgo improcedentes os embargos à execução, extinguindo-se o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.**

Em razão da sucumbência, condeno os embargantes ao pagamento das

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa (débito exequendo), quantia que será acrescida no valor do débito principal, para todos os efeitos legais, de acordo com o artigo 85, §§ 2º e 13, do Código de Processo Civil.

Oportunamente, arquivem-se.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 04 de dezembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**